

Senado começa a ditar negociação da dívida

O projeto de resolução do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), determinando limites e condições para a renegociação da dívida externa, foi aprovado ontem pela comissão de assuntos econômicos do Senado por oito votos contra cinco. Foi suprimido, entretanto, o item da proposta do senador que obrigava os bancos credores a estender ao Brasil as vantagens concedidas aos outros países devedores. A proposta será votada dentro de 15 dias pelo plenário do Senado.

Apesar dos discursos de vários senadores em favor dessa medida — apelidada de "Cláusula pari-passu" — o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) convenceu os demais membros da comissão de que tal obrigatoriedade dificultaria as negociações do governo brasileiro com os credores internacionais. Bornhausen informou que foi a pedido do embaixador extraordinário da dívida externa, Jório Dauster, que sugeriu a supressão desse item.

Outra modificação feita no projeto do senador Fernando Henrique foi a redação do artigo primeiro, sugerida por Bornhausen, com um adendo proposto pelo relator da matéria e o presidente da comissão, senador Severo Gomes (PMDB-SP). Conforme esse artigo, ficam subordinados às diretrizes estabelecidas no projeto de resolução que foi aprovado e na resolução 96, de 1989, aprovada pelo Senado, todos os contratos da renegociação da dívida externa firmados a partir de agora.

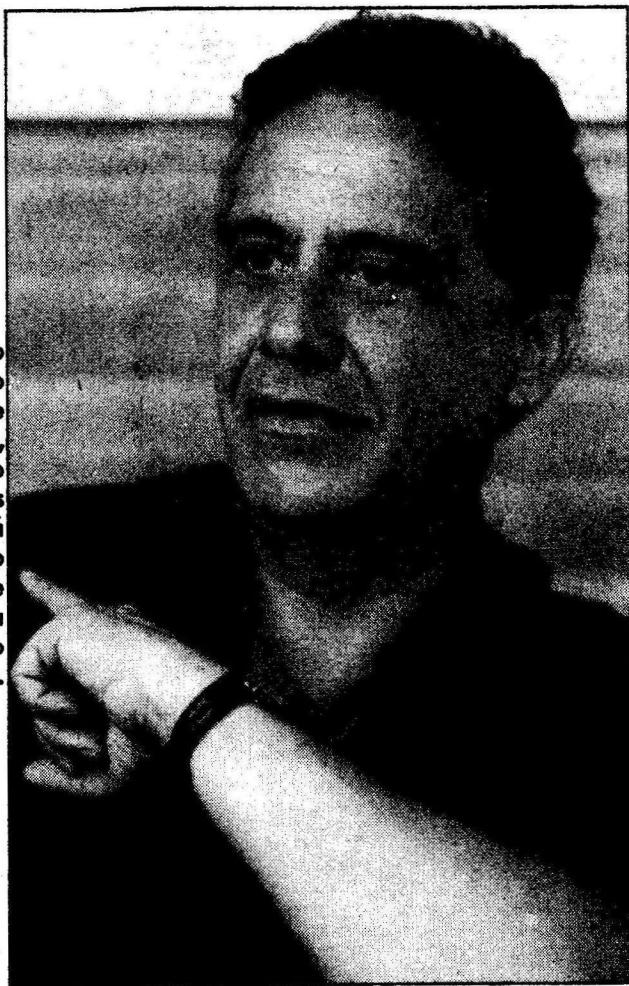
O projeto de resolução do relator permaneceu inalterado nos demais artigos. Os senadores aprovaram a obrigatoriedade de o governo manter um nível de reservas cambiais equivalentes a pelo menos quatro meses de importações (cerca de US\$ 8 milhões) para pagar o serviço da dívida. Essa resolução, conforme Fernando Henrique, está de acordo com os procedimentos que o governo vem mantendo nas negociações.

Fica vedado ainda qualquer pagamento de juros atrasados aos bancos privados antes da aprovação dos contratos entre governo e credores pelo Senado, executando o pagamento da dívida de curto prazo de caráter comercial ou interbancário.

O senador Jamil Haddad (PSB-RJ) criticou o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, pelas suas declarações de que o Brasil pode retomar o pagamento dos juros quando achar que tem condições de fechar um acordo com os bancos. "Jório Dauster não pode ser atropelado nessas negociações", disse.

Fernando Henrique ressaltou que, após a resolução aprovada na comissão do Senado, o presidente do Banco Central não poderá mais fazer tais declarações, pois o pagamento dos juros só será feito após a celebração dos contratos e o aval do Senado.

Pelo projeto de Fernando Henrique Cardoso, o pagamento dos juros só poderá ser feito depois de aprovada a renegociação no Senado.



Arquivo/AE

Para Dauster, linhas de crédito não são afetadas.

O embaixador Jório Dauster, principal negociador brasileiro, não tem receio de que o atual impasse na renegociação da dívida externa possa provocar uma redução nas linhas de curto prazo, destinadas ao financiamento de importações e exportações e às agências dos bancos brasileiros no Exterior. Segundo ele, a erosão dessas linhas já vem ocorrendo há alguns meses e uma das razões é que elas são compulsórias. Como se aproximava a negociação e o prazo previsto para a manutenção dessas linhas se encerrava em março, muitos bancos não quiseram "ser apanhados, nova-

mente, na roda de alguma coisa obrigatória". Mas, como o período de renegociação deverá ser "relativamente longo", Dauster assegura que o governo já está tomando providências para fortalecer a posição dos bancos brasileiros no Exterior. Para o embaixador, o apoio dado pelo presidente Collor e pelo Congresso à proposta apresentada aos credores "é fundamental". Sem isso, acrescentou, "a batalha já estaria perdida em casa". A dívida, ressaltou Dauster, é um problema que afeta toda a sociedade brasileira, "por isso não deve ser uma aventura do executivo".

Em outubro, o menor superávit do orçamento.

A execução do orçamento da União deverá apresentar em outubro o menor superávit desde o início do governo Collor, algo entre Cr\$ 1 bilhão e Cr\$ 2 bilhões, contra os Cr\$ 16,1 bilhões registrados em setembro. A redução será provocada por dois fatores: a liberação de mais de Cr\$ 30 bilhões de recursos do Tesouro para o crédito agrícola e a autorização de muitos gastos que estavam com até dois meses de atraso.

O Congresso deverá manter as restrições impostas pelo Executivo na elaboração do projeto do orçamento da União para 91. Um estudo técnico entre os orçamentos deste ano e o proposto para o ano que vem indica que as receitas de capital (recursos provenientes da emissão de títulos públicos) caíram de 73,48% do total das receitas, no ano passado, para 38,22% em 91.

PMDB promete defender caixa da Previdência

Para evitar que o governo desvie Cr\$ 220 bilhões, destinados à seguridade social, para cobrir suas próprias despesas, relativas a pagamento de pessoal e serviços de limpeza pública e saneamento, o PMDB vai defender as conta da Previdência Social na comissão mista do Congresso que examina o orçamento federal para 91.

O líder do partido, deputado Ibsen Pinheiro (RS), prometeu ao deputado Antônio Brito (PMDB-RS), que denunciou o desvio, o empenho do PMDB em preservar o orçamento da seguridade social e evitar que os setores de saúde e previdência tenham redução de 10,48% em suas verbas.

Brito e o deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE) apresentaram 16 emendas à comissão mista. "As emendas corrigem as deformações feitas no orçamento pela equipe econômica", disse Brito.